

Goiânia, 04 de julho de 2000

Magnífica Reitora,

Em 10 de maio do corrente ano os Técnico – Administrativos das IFES conjuntamente com os servidores públicos federais decidiram entrar em greve pôr tempo indeterminado pelo reajuste salarial de 64% e em defesa do serviço público. Nestes 53 dias, o governo não apresentou nenhuma contra - proposta satisfatória para a solução do conflito. Em audiência com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão as reivindicações econômicas e salariais protocolizadas em setembro de 1999 não foram respondidas. A proposta apresentada pelo ministro Martus Tavares discrimina os aposentados dos ativos e sua abrangência alcança apenas 2,5% do conjunto da categoria, o governo mantém a política de gratificação diferenciada, tendo como base a produtividade, sem critérios transparentes e uma política de avaliação de desempenho; privilegia algumas carreiras deixando de fora o PUCRCE, onde estão inseridos os servidores Técnico – Administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior. Indignados com esta postura do governo federal, em Plenária Nacional dos SPF's realizada em Brasília no 01 de julho, os trabalhadores decidiram pela continuidade da greve até que o governo apresente uma proposta satisfatória, estabeleça mesa de negociação de fato e uma agenda temática para o tratamento do conjunto da pauta de reivindicações.

No âmbito do MEC, na última quinta-feira, o CNG – FASUBRA (Comando Nacional de Greve) reuniu-se na SESU/MEC com o Sr. Antônio



Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

As sucessivas tentativas do MEC de estabelecer uma interlocução direta com os reitores acerca dos problemas relativos aos técnico – administrativos são uma demonstração da postura do governo de descredenciar as entidades representativas da comunidade universitária. Vale ressaltar que a posição da ANDIFES em não aceitar esse papel, tem assegurado o respeito mútuo necessário. Entendemos que a ruptura deste procedimento pode levar a um ambiente insuportável no âmbito da comunidade universitária.

Diante do exposto, os trabalhadores da Universidade Federal de Goiás solicita a Vossa Magnificência que se digne a interceder junto ao Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato de Souza, buscando uma solução para que nossas reivindicações sejam atendidas com a abertura imediata de negociações.

Sem mais para o presente renovamo-lhes nossas cordiais

Saudações Universitárias.

Comando Local de Greve / SINT-UFG

À Profª. Dra. Milca Severino Pereira

Magnífica Reitora da Universidade Federal de Goiás

N E S T A

04 07 00

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

MacDowell de Figueredo, e este informou que o Ministro da Educação havia autorizado a discussão sobre três questões: gratificação nos moldes da GED para o pessoal técnico – administrativo; política de capacitação profissional e Plano de Saúde. Para nossa surpresa o Sr. Secretário anunciou que só haverá mesa de negociação com o CNG – FASUBRA após o término da greve, demonstrando uma postura de intransigência e profundo autoritarismo pôr parte do governo, seguido à risca pelo MEC. Repudiamos esta atitude, pois sempre buscamos o diálogo e o exercício pleno da cidadania enquanto trabalhadores da educação, no sentido de assegurar o pleno direito de representação sindical e direito de greve, que nos é garantido pela Constituição Federal. Lembramos que nas greves de 1996 e 1998 o projeto de Rehierarquização foi discutido e acordado com o Ministro Paulo Renato, que se comprometeu a atender e não cumpriu. Reafirmamos a nossa disposição ao diálogo desde que associado a uma efetiva negociação que vise à solução da nossa greve. solicitamos que o MEC apresente uma proposta concreta, o que foi aceito pelo Secretário da SESU, Sr. Antônio MacDowell de Figueredo. Ficou acertada uma nova audiência para esta terça-feira 04/07.

O CNG – FASUBRA mantém a posição da defesa intransigente da qualidade dos serviços públicos, do ensino superior público gratuito com qualidade social e, portanto radicalmente contrária a precarização das relações de trabalho, a discriminação entre ativos e aposentados e a introdução de conceitos de produtividade confundindo a Instituição Universidade com fábricas de diplomas. Os “novos conceitos” de “contrato de gestão” defendido pelo MEC não tem outra finalidade senão o descompromisso do governo com a manutenção das IFES, delegando aos reitores e a comunidade universitária a busca da sobrevivência institucional no mercado.